

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, se puder fazer uma ponderação para o tenente-coronel Fliess aliás, muito boa tarde, esqueci-me de dar um boa-tarde a todos, em especial aos meus colegas deputados, desembargadores, representantes da sociedade civil, funcionários da Casa.

O que já foi cumprido e o que falta cumprir - eu acho que é o ponto focal da contribuição de v. sa.

O SR. ANDERSON FLIESS - Boa-tarde a todos.

Nós tivemos, desde o início da interdição, que foi 11 de dezembro - principalmente aqueles aspectos das fotos, que já falamos por si só - as condições que levaram à interdição, perigo iminente, além de não ter legalização. São duas coisas distintas. Uma coisa: imagina uma régua, onde uma ponta da régua está a edificação, que não é legalizada e não há condições de funcionamento, que é o *status* que ainda está, digamos assim, porque não está desinterditado. Ai, a gente pensa na metade dessa régua. Metade dessa régua é onde foi retirada a condição de perigo iminente. Entretanto, ela não possui ainda o certificado de aprovação - que alguns podem falar "alvará do Corpo de Bombeiros"; em São Paulo é AVCB e tudo o mais. Ao final da régua, quando obviamente não há condição de perigo iminente, também já possui o certificado de aprovação, e é onde nós desejamos aqui, através desta comissão, que o ambiente, se for lá ou outro local, esteja.

Então, eu vou me ater agora neste momento a falar o que falta para chegar a essa metade da régua. Antes, eles estavam lá no primeiro indeferimento, porque a intervenção é dada da seguinte forma: é aplicado ali no ato para cessar aquele perigo iminente e existe um processo de desinterdição, que é protocolado, não há taxa, faz um requerimento, junta a documentação, e, se for o caso solicita nova vistoria, que foi o que ocorreu. A gente percebe que, nesse trâmite, vem ocorrendo melhorias. Hoje, o que falta é exatamente a questão elétrica. Estou com o último processo, que foi dado entrada em 11 de março, antontem, já é, se não me engano, o quarto processo de desinterdição (os três anteriores foram indeferidos). Foram elencadas ali, o despacho, o deferimento até longo, elencados ponto a ponto que faltava para cumprir. Nesse quarto agora, parece que meio que repetiu o anterior, que foi de 9 de março. 9 de março teve um processo e esse processo analisado imediatamente, praticamente. Quem tramita o processo, não sei se está aqui, pode perceber que ele vai para o *status* "pronto" imediatamente. Até sem estar agendado, eu atendi, eu acho que a doutora e o dr. Janilson, sem estarem agendados. Eu estava lá, eles compareceram lá, imediatamente eu levei à sala do diretor, nós atendemos prontamente, tentamos passar todas as orientações possíveis.

Então, até parabenizando não só pela fala como a história de vida, que é um exemplo para muitas pessoas. Então, pegando o que ele falou, separar a emoção dentro do que ele falou e a questão técnica dentro das imagens é algo muito difícil para o Corpo de Bombeiros. Nessa diretoria de fiscalização é algo complexo. Por quê? Se a gente vai encontrando irregularidades ao andar pela calçada e sai interditando tudo o que for visto, porque muitos locais não são legalizados, eu acredito que não é isso que a sociedade deseja. Então, tem que ter um critério muito difícil. Mas, caso pegue fogo em algum desses locais, a primeira pergunta vem essa que o deputado bem colocou: Por que o Corpo de Bombeiros não fez? Mas, e se o Corpo de Bombeiros fizer diuturnamente esse tipo de serviço, fechando inclusive hospitais, será que é isso o que a sociedade deseja? Então, esse é o primeiro ponto. É um serviço bem complexo para a gente.

Voltando à questão de chegar à metade da régua. Hoje nós precisamos de uma anotação de responsabilidade técnica, ou melhor, documento de responsabilidade técnica de um profissional atestado que "tem umas fotos aqui desse último processo, aquelas fiações foram embutidas e tal", mas ele não se responsabiliza de que aquilo está de acordo com a norma, e a gente não vai lá testar a fiação elétrica. A gente precisa de alguém que faça o serviço, um engenheiro, um eletricitista. Aqui até tem uma anotação de responsabilidade técnica, ou melhor, registro de responsabilidade técnica emitido pelo CAO, não, tem anotação mesmo de responsabilidade técnica, anexada a um relatório, onde ele diz - não sei se tem representante do CREA, eu acho que foi perguntado no início até para tirar essa dúvida -, porque aqui cita a execução de alguns serviços, só que ele é datado de 6 de março e anexo a um relatório bem complexo. Ai, a gente avaliando o relatório com as fotos, alguns fios foram embutidos e tudo o mais, só que no item seis desse relatório ele bota recomendações. Ai, eu não vou elencar todas, até pelo tempo, mas fica à disposição da presidência, caso, né?, uma cópia. Tem onze recomendações, e na conclusão ele finaliza que "O presente laudo técnico apresentou análise das instalações elétricas - ou seja, aí eu entendo que aquela anotação de responsabilidade técnica não é de execução, foi de uma análise, porque é datada da mesma data do relatório, a ART com o relatório - indicando as inconformidades e sugerindo recomendações para que sejam implementadas". Então, a gente entende que a parte da instalação elétrica não foi cumprida, porque não há um profissional atestado que lá esteja em conformidade. Concomitante à retirada desse risco, a gente precisa que o local tenha certificado de aprovação, só que o projeto está em tramitação no Corpo de Bombeiros para, primeiro, análise do projeto, depois executa. A gente entende que é uma execução de um grau enorme de complexidade, é bem complexo para fazer a execução.

O projeto mesmo, o coronel Marcus até pode depois, se o presidente permitir, elencar. Ali tem listadas várias exigências a cumprir, que está em *status* de bilhete eletrônico, que é quando envia para o requerente, para ele cumprir as exigências - isso já no projeto. Então, a execução é mais complexa ainda. Então, a gente tem outra ferramenta que é o termo de ajustamento de conduta junto ao Corpo de Bombeiros, onde é feito, ele pode fazer essa execução até em cinco anos, prazo máximo. Ai, é feito junto à empresa que for executar os serviços, e faz um cronograma. Isso vai para o comandante, vai para a nossa assessoria jurídica, esse processo tramita. Celebrando esse termo de ajustamento de conduta e corrigindo a questão elétrica, aí sim a gente emite a autorização para que o quartel da área emita o auto de desinterdição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só anunciar a presença do deputado Doutor Serginho. Seja bem-vindo.

Bom, então, na verdade, hoje o que nós temos ainda em pendência para conseguirmos avançar é a questão da rede elétrica.

O SR. ANDERSON FLIESS - Sim, da rede elétrica e a celebração do termo de ajustamento de conduta, ou certificado de aprovação. A gente entende que o certificado de aprovação é mais complexo, por isso o termo de ajustamento de conduta não é uma exigência, é uma ferramenta caso não consiga o certificado de aprovação.

O SR. SIRO DARLAN - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, desembargador.

O SR. SIRO DARLAN - Se v. exa. concluir a palavra do bombeiro, eu gostaria de ler a palavra, se v. exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Claro, claro, claro.

O senhor quer contribuir mais? Até para a gente poder abrir depois alguns questionamentos.

O SR. RODRIGO POLITO - Em relação ao que o coronel Fliess acabou de dizer, ao contrário do que é o pensamento coletivo, o Corpo de Bombeiros não faz uma análise do serviço que o engenheiro executa. A gente recolhe dele uma responsabilidade técnica. Em resumo: eu não digo se o engenheiro fez bem ou mal o trabalho. Isso é uma tarefa que, em caso de fiscalização, cabe ao Conselho. Nós recolhemos do profissional a informação de que ele executou o trabalho dentro da boa técnica. E o relatório que está acostado ao processo, o engenheiro cita algumas recomendações e diz que essas recomendações devem ser levadas a termo. Então, só para esclarecer qual o posicionamento do Corpo de Bombeiros em relação ao recebimento do serviço de engenharia.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, deputado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Só fazer uma leve ponderação. As normas de defesa civil, até onde eu sei, são normas de

ordem pública justamente porque, enfim, são exatamente discricionárias. Como é que funcionaria esse TAC? Ele vem com um plano de execução, com prazo, ou meramente alguém se responsabiliza e toca?

O SR. RODRIGO POLITO - É um documento que tem um formato, como está previsto no decreto 42, e normalmente esse formato traz uma parte que a gente chama de cronograma, que são etapas a serem cumpridas dentro de um espaço de tempo. E essas etapas dependem, claro, primeiro da segurança contra incêndio, da magnitude dos equipamentos e da relevância dos equipamentos de proteção que precisam ser instalados, da capacidade financeira de quem está executando as obras e muitos outros aspectos.

Então, realmente, é um acordo, onde o profissional responsável pela execução das obras e o proprietário, que é quem diz qual é o desembolso, faz uma proposta para o Corpo de Bombeiros, e o Corpo de Bombeiros analisa se essa proposta é viável ou não. Por exemplo, a recarga de um extintor, ela é notoriamente muito mais barata do que uma manutenção de uma bomba elétrica de incêndio. Então, a recarga de um extintor de incêndio, ela é mais barata e leva menos tempo. Então, é mais produtivo que o que é mais barato e o que é mais rápido seja feito primeiro, e as obras mais complexas e que tenham um desembolso mais relevante, elas sejam colocadas no andar do cronograma. Então, só para dar um exemplo, uma ilustração para o senhor. Então, é um cronograma que ele vem da proposta de quem vai executar e de quem vai pagar por essa execução e uma análise do Corpo de Bombeiros sobre a relevância em equilíbrio realmente à proteção que aquele equipamento de segurança contra incêndio precisa ter ou não. O que é mais essencial, o que é mais secundário e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Antes de passar a palavra ao exmo. sr. Siro Darlan, só vou pedir para a gente tentar ser breve nas falas, porque a gente tem ainda uma outra audiência no Ninho do Urubu, e nós não sairemos daqui tão cedo, e há muitas pessoas para falar ainda. Vou passar aqui a palavra para v. exa.

O SR. SIRO DARLAN - Exmo. sr. presidente, Alexandre Knoploch, exmo. sr. deputado Rodrigo Amorim, sr. deputado Jorge Felipe, sr. deputado Paulo Teixeira, sr. deputado que não está presente, mas compõe esta egreja CPI, Comissão, deputado Alexandre Freitas, deputada Tia Ju, dr. Bruno Dauaire, dr. Renato Cozzolino. Em primeiro lugar, eu quero agradecer pela honra do convite e louvar a iniciativa de v. exas. por estarem, efetivamente, colocando o dedo, como representante do povo do Estado do Rio de Janeiro, numa coisa muito grave, que é, justamente, a Corporação mais respeitada pela população do Rio de Janeiro, o Corpo de Bombeiros, a quem eu rendo todas as minhas homenagens, mas que dá a v. exas. a oportunidade de fiscalizar os desercos e as ações ilegais dessa Corporação.

As fotografias demonstradas aqui pelo deputado Rodrigo Amorim demonstram com toda a clareza que há um culpado, há um responsável: é a Corporação do Corpo de Bombeiros. Porque se existe situações como essa, é porque o Corpo de Bombeiros tem prevaricado. É porque o Corpo de Bombeiros tem sido omissos. Porque o Corpo de Bombeiros tem sido seletivo. E um dos motivos disso é que não está aqui o seu Comandante. Ele mandou representantes, porque ele não tinha coragem de estar aqui perante esta comissão, prestando contas ao povo de suas ações. Todos nós sabemos e é bom que conste em ata, que todos os responsáveis pela venda de material necessário para a segurança de Corpo de Bombeiros são de oficiais do Corpo de Bombeiros. É bom que fiscalizem isso. É bom que examinemos isso. Quando nós chegamos à 4ª inspeção, eleita seletivamente, à 4ª inspeção com exigências, é porque há atrás disso interesses econômicos escusos.

Foi aqui dito com todas as palavras, mesmo depois que o nosso colega Ivanir se manifestou, que o sr. coronel Anderson Fliess, é muito difícil olhar para o homem. Olha, eu sou magistrado há 39 anos. Eu tenho a consciência de que atrás de cada papel está um homem, está uma mulher, está um sofredor. Se o senhor não tem essa consciência, o senhor não é capaz, não tem a competência de julgar essas pessoas. O senhor acaba de confessar que o senhor não tem competência, nem sensibilidade para colocar o homem à frente da regra, à frente da norma.

Eu conheço Vila Mimosa, porque eu fui juiz da infância e da juventude, sr. presidente, e eu tive a curiosidade, a responsabilidade, de fiscalizar a Vila Mimosa. E fui lá, pessoalmente, para verificar se lá na Vila Mimosa havia criança sendo explorada sexualmente, se havia crianças sendo mantidas naquele espaço inadequado, e o que eu vi lá e conheci, isso lá pelos idos de 1990, 1995... Desde então, eu frequento a Vila Mimosa, com todo o prazer, sem ter o prazer que elas dão. Mas eu vou lá, porque reconheci que lá há uma comunidade organizada pela Amocavim. E não há crianças ali, há mães desesperadas que estão ali para levar o ganha pão para seus filhos. Eu, então, intervi pessoalmente e institucionalmente, porque havia crianças lá, sem registro de nascimento, há pessoas atrás dessas meninas, coronel. Havia pessoas sem registro de nascimento, havia crianças fora da escola, havia crianças sem vacinação. Levei todo esse material governamental lá para dentro. Convidei a Defensoria Pública para lhes dar assistência jurídica, a Defensoria Pública se negou, com a responsabilidade que tem como Defensor dos direitos e das causas dessas trabalhadoras. Convidei OAB, que hoje se faz presente, mas também não disponibilizou, deputados, porque ali se nós entrarmos, deputado Rodrigo Amorim, com ações de investigação de paternidade, nós vamos tirar muitas dessas meninas daquela vida, vamos responsabilizar os pais dessas crianças, que vão dar pensão de alimento, e vão tirar essas meninas dessa vida. Eu conheci meninas ali que trabalhavam, talvez, por ignorância, por falta de informação, o que está se exigindo delas é o que nunca se deu a elas. Elas estavam ali, porque uma tinha um filho excepcional e ela trabalhava para comprar o remédio daquele filho. E eu disse para ela: minha filha você não precisa fazer isso. Isso é uma desculpa esfarrapada. Você tem o direito de pedir ao poder público o remédio do seu filho. E encaminhamos para isso. Levamos para lá, foi iniciativa nossa, a Cleide conhece esse serviço, a Faetec, lá dentro tinha, o estado estava presente: curso de cabeleireiro, de manicure, de informática, de inglês, no governo da Dona Rosinha e Garotinho. Isso foi só mudar de governo e esses serviços foram de lá retirados.

A Vila Mimosa tem uma história. Não é uma instituição marginal, pode ser uma instituição marginalizada pelo poder público, mas não é uma instituição marginal. Ela surgiu quando chegaram aqui as chamadas polacas, depois da 1ª Guerra Mundial, mulheres viúvas de guerra. Os senhores são soldados de guerra, os senhores deveriam ter essa sensibilidade. Essas mulheres que chegaram aqui viúvas da Europa foram chamadas genericamente de polacas, mas eram italianas, eram francesas, sobretudo as francesas, e ficaram muito famosas por esse serviço de utilidade pública que prestaram. E aqui se instalaram e iniciaram esse trabalho. Isso não é um crime não. A prostituição é legal no Brasil. A prostituição é um trabalho reconhecido pelas nossas leis. Elas são trabalhadoras do sexo. Elas não são criminosas nem marginais. Tanto que o presidente Getúlio Vargas, sensibilizado com as trabalhadoras, criou a zona do mangue. Foi criação oficial do governo. E lá instalou a zona do mangue, onde muitos senadores, deputados, desembargadores frequentavam. Talvez, até o próprio presidente tenha frequentado. E não seria nada demais, porque todos nós temos fome de alimento e de sexo. O homem não pode viver sem sexo e sem alimentos. Sem alimentos morre, sem sexo, até acaba ficando, remediando. Mas é uma necessidade humana.

Portanto, quando o governo Cesar Maia, prefeito desta cidade, precisou daquele espaço e retirou as trabalhadoras dali e as colocou onde elas estão, é responsabilidade, senhores oficiais. Os senhores estão agindo por desconhecimento, tenho certeza, não por má-fé, contra quem não tem responsabilidade. Porque a responsabilidade de todo esse problema de fiação, de urbanização, de regularidade, pertence ao poder público. Aquela área é área de utilidade pública, quem as colocou lá foi o prefeito do Rio de Janeiro. Se a Prefeitura do Rio de Janeiro não cuida da fiação, porque a fiação - a fotografia do deputado mostrou - é na rua. Os 'gatos' são na rua. Isso é responsabilidade do poder público. E os senhores estão agindo contra os mais fracos, contra os mais frágeis. Sabem por quê? Porque a carne mais barata do mercado é a carne preta, é a carne negra. (Palmas).

Eu ouvi aqui o ilustre deputado Rodrigo Amorim, sempre muito honesto nas suas palavras. Ele disse assim: as vistorias foram de liberadas por esta Casa. Como nós podemos admitir que uma instituição respeitada como o Corpo de Bombeiros venha a ser um instrumento político, porque esta Casa é uma casa política; e se o deputado diz aqui que a deliberação de vossa vistoria foi desta Casa, os senhores estão sendo ferramenta política. Que baixaria, que desserviço os senhores estão fazendo para essa Corporação tão respeitada? Que desserviço! Por que fazer isso com os pobres? Sabem por que com os pobres? Porque nós temos aqui 30 mil casas de trabalhadores de sexo, no Rio de Janeiro, 30 mil. Quais os senhores visitaram? Quais? Quais os senhores interditaram?

Aqui falamos, esta comissão, esta ilustre comissão está examinando o Ninho do Urubu. Por que só chegaram depois lá? Que negligência. Que prevaricação. Por que os senhores deixaram de fiscalizar o Ninho do Urubu? Por quê? Porque é o meu Clube de Regatas do Flamengo, meu clube, o maior clube do mundo. Lá o senhor não vai? Lá os senhores não vão? Vão atrás da pobreza e da miséria. Pobreza, miséria, que não é maior do que qualquer casa de comunidade. E também, em qualquer casa de comunidade o senhor vê piores fotos do que a que o deputado Rodrigo Amorim colocou aquilo ali. E o risco dessas comunidades, os senhores não veem isso? Os senhores não enxergam isso? Os senhores vão atacar as mulheres pobres que necessitam desse tipo de trabalho. A rede municipal de saúde, o senhor sabe que não tem alvará. Por que os senhores não fecham todos os PAMs? Por que os senhores não fecham todos os hospitais, todos os teatros do Rio de Janeiro, inclusive o Theatro Municipal? A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, isso tudo, por quê? É negligência do Corpo de Bombeiros? É improbidade do Corpo de Bombeiros? Por que que os senhores não fecham a boate Vogue? Só tem riquinho lá. Lá a carne não é barata não, a carne de lá é cara. E lá os senhores não vão.

O Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça não tem alvará do Corpo de Bombeiros. E o senhor falou aqui: alguma parte da Vila Mimosa não pode ser regularizada, porque a construção é muito complexa e depende de autorizações. O Tribunal de Justiça jamais terá essa autorização, porque foi construído em cima de uma praça pública. Uai, que cegueira é essa? Cegueira seletiva? O Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Villa Lobos, o Museu Chácara do Céu, o Museu do Açude, tudo isso está funcionando sem alvará do Corpo de Bombeiros. E os senhores disseram aqui, e é verdade, que não foi cumprida a primeira interdição. Ora, os senhores também interditaram o Centro Comercial da Uruguaiana, está funcionando lá. O que os senhores fizeram? Está funcionando, descumprindo a interdição que os senhores fizeram. O Centro de Uruguaiana, que por lá circula muito mais gente do que em Vila Mimosa. Ah, as meninas estariam milionárias se circulassem na Vila Mimosa o número de pessoas que estão circulando no Centro Comercial de Uruguaiana é interditado pelos senhores. Mas não cumpriram essa interdição.

Eu sugiro a esta ilustre comissão que o coronel Robadey venha aqui pessoalmente, seja intimado para prestar contas da sua prevaricação. E anuncio: está sendo providenciada uma ação por prevaricação contra o coronel Robadey, porque ele está fazendo uma fiscalização seletiva. Ele está fiscalizando os pobres, as pobres. E o senhor teve a ousadia de propor um TAC exigindo, caso haja o descumprimento do TAC, uma multa de 500 mil reais. Onde que o senhor acha que essas meninas vão achar 500 mil reais? Nem dando até o ano 3.000. (risos e palmas). Não tem jeito, 500 mil reais de multa por um TAC; isso é um absurdo, isso é para inviabilizar. Isso é para retirar o trabalho das meninas.

E aqui, srs deputados, a nossa fala não é como desembargador; a nossa fala é porque eu sou um juiz voltado para as causas dos direitos humanos. Eu pertenço à Associação dos Juizes pela Democracia, e aqui estou representando esta nobre associação. E quando os senhores... E aqui está presente a nossa coordenadora, dra. juíza Roberta, que é quem nos comanda aqui no Rio de Janeiro. Essa associação é uma associação nacional; aliás, ela é internacional, ela tem em diversos países. E quando os hipócritas e fariseus apresentaram a Jesus, se há algum fundamentalismo nessa ação... Aliás, a oficial que foi lá fiscalizar as meninas na Vila Mimosa, foi com uma Bíblia debaixo do braço, dizendo para as meninas: vocês não podem ficar nessa vida. Quem é ela? Quem é ela para dizer às meninas que não podem ficar nessa vida? A vida escolhe. As meninas escolhem o que fazer. Elas têm autonomia, elas têm liberdade.

Houve, sim. Foi uma oficial que foi lá fazer pregações para as meninas, para que elas saiam dessa vida. Não tem que sair da vida, não. Elas saem da vida se quiserem e se o poder público der a elas condições. Então é por isso, que eu estou citando a Bíblia, porque quando hipócritas e fariseus apresentaram a Jesus uma mulher adúltera, ou seja, uma mulher prostituta, Jesus perguntou a todos, e eu pergunto a todos os senhores, a mesma pergunta que fez Jesus: aquele que não tiver pecado, sobretudo o Corpo de Bombeiros, atire a primeira pedra. Atire a primeira pedra. (Palmas). E sabem o que aconteceu? Todos saíram cabisbaixo, como os senhores sairão daqui se não resolverem esse problema de ordem social; se os senhores continuarem aplicando normas e regras sem o coração na mão e sem o olhar social que necessita essa causa. Os senhores sairão assim tão cabisbaixos quanto os hipócritas e fariseus daquele tempo.

E só para concluir, a prostituição não tem classe social não. Uma das últimas primeiras-damas que nós tivemos, ela exigia do seu marido governador jóias caras e sapatos Louboutin. Isto é um ato de prostituição. E muitas outras, muitas outras de Copacabana, de Ipanema, que os senhores não fiscalizam? Cobram muito caro. O programa lá é 30 "merréis", 30 "merréis" para comprar livros, remédios para as crianças dela. Então, por favor, sejam juizes, magnânimos juizes como foi Salomão, que tinha o seu harém, tinha o seu harém e tinha mais de 300 mulheres e foi um dos maiores reis de Israel, o Rei Salomão. Magnânimo Salomão julgava com sensibilidade. Já o Rei Davi não foi tão magnânimo assim porque matou a mulher do seu general para ficar com a mulher dele. Mas isso são lições da Bíblia.

E só para concluir, meu querido deputado Jorge Felipe, a razão está com o deputado Rodrigo Amorim. Nunca houve incêndio lá não, deputado. O senhor tem toda razão, a sua afirmação é correta. Sabe por quê? Porque o ilustre deputado Jorge Felipe, ele confundiu, ele confundiu os locais. O Bom Dia Rio, ele realmente nessa data, 19 de janeiro de 2019, deu notícia de um incêndio, sabe onde? Bom Dia Rio: incêndio atinge casa de vilas em Ipanema. Ipanema, está aqui no papai Google. Está aqui no papai Google. Vila Mimosa nunca teve incêndio. E olha, mais uma coisa que o deputado Rodrigo trouxe aqui, de comprovação. Se algum dia houve algum incêndio em Vila Mimosa, o senhor falou que lá marcas de chumaços e tudo, elas apagaram. Logo, elas são competentes. Logo, elas têm condições de elas resolverem o problema sem a intervenção do Corpo de Bombeiros e sem brigada. O senhor acabou de dar um atestado de competência dessas meninas. Porque se em algum momento houve alguma vela que chamoscou a casa e teve um princípio de incêndio, elas imediatamente apagaram. Nunca chamaram o Corpo de Bombeiros. Até porque se tivessem chamado o Corpo de Bombeiros, deputado Felipe, se tivessem chamado o Corpo de Bombeiros, nessa data, e o Corpo de Bombeiros não tivesse interditado, nessa data, em razão do incêndio, do pseudoincêndio, se não tivesse, estaria mais uma vez prevaricando.

Então, agradeço o convite, peço desculpas pela emoção, mas esta é uma causa que me emociona, porque fala de gente, fala de seres humanos, fala de dignidade da pessoa humana. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Continuando, só para colocar aqui umas situações. Pedir à secretaria da comissão que encaminhe o vídeo, o áudio para que o exmo. sr. Cláudio Melo que se pronuncie com relação à denúncia aqui feita pelo desembargador com relação ao prédio do TJ que está em praça pública, sem alvará. Pedir, também, que encaminhe à Polícia Civil, à Corregedoria do Corpo de Bombeiros, à Controladoria do Estado e ao governador Wilson Witzel, todas as denúncias feitas junto ao secretário Robadey e ao Corpo de Bombeiros, para que se instaure os procedimentos legais e apure.

O Corpo de Bombeiros foi citado, quer o direito de respos-